



**PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 092 / 2005
De 22 de Junho de 2005.**

“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES, ESTADO DE SERGIPE, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece, em cumprimento ao disposto no § 2.º do artigo 165 da Constituição Federal, na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, e na Lei Orgânica Municipal, as diretrizes para elaboração da lei orçamentária anual relativa ao exercício financeiro de 2006, no âmbito do Município de NOSSA SENHORA DAS DORES, compreendendo:

- I – as ações prioritárias e metas da Administração Pública Municipal;
- II – as metas e riscos fiscais;
- III – a organização e estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- V – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VII – as disposições sobre as alterações na legislação tributária municipal;
- VIII – as disposições gerais.



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO I

**AÇÕES PRIORITÁRIAS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - As ações prioritárias e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2006, deverão ser definidas a partir dos programas e ações constantes no Plano Plurianual do Município referente ao quadriênio 2006-2009.

Art. 3º - O Anexo de Metas e Prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2006, será encaminhado para apreciação do Poder Legislativo, no prazo previsto no art. 35, § 2.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição federal, juntamente com o Plano Plurianual referido no artigo anterior, devendo fazer parte integrante do mesmo.

Art. 4.º - No estabelecimento das ações que serão contempladas na lei orçamentária do exercício de 2006, além das metas e prioridades de que trata o artigo anterior, a Administração Municipal observará as seguintes diretrizes gerais:

I – desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, reduzindo as desigualdades e disparidades sociais;

II – modernização e ampliação da infra-estrutura, identificação da capacidade produtiva do Município com o objetivo de promover o seu desenvolvimento econômico, utilizando parcerias com os segmentos econômicos da comunidade e de outras esferas de governo;

III – desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da estrutura administrativa, valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais, visando o fortalecimento das instituições públicas municipais.

IV – desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da arrecadação e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação de e à evasão de receitas;

V – austeridade na utilização de recursos públicos e consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;

VI – promoção do desenvolvimento de políticas voltadas para a formação educacional da criança e do adolescente, investindo, também, em



**PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO**

ações de melhorias fiscais das unidades escolares, ampliando-as, modernizando-as e adaptando-as às reais necessidades da população;

VII – ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde, priorizando as ações que visem a redução da mortalidade infantil e das carências nutricionais;

VIII – apoio, divulgando, preservação e desenvolvimento do patrimônio histórico, cultural e artístico do Município, incentivando a participação da população nos eventos relacionados à história, cultura e arte.

CAPÍTULO II

DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 5.º Integram esta Lei os anexos referenciados nos §§ 1.º e 3.º do art. 4.º da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os anexos de que tratam este artigo foram elaborados de acordo com as Portarias n.ºs 470 e 471, expedida em 31 de agosto de 2004, pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 6.ª Estão discriminados em anexo integrante desta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

Parágrafo único. Para fins do disposto no art. 4.º, § 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e nesta Lei, são riscos fiscais, constituídas de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como precatórios, Restos a Pagar, despesas classificáveis de acordo com o art. 37 da Lei Federal n.º 4.320/1964 e outros passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 7.º O projeto de lei orçamentária do Município de NOSSA SENHORA DAS DORES, relativo ao exercício de 2006 deve assegurar os princípios de justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observado o seguinte:

I – o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

II – o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e

III – o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.

Art. 8.º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal, abrangendo a receita e a programação da despesa dos Poderes Executivo e Legislativo, seus órgãos da administração direta, e dos fundos, autarquia e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e legalmente criadas à época da elaboração da lei orçamentária.

II – o orçamento da seguridade social que abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, e dos fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e legalmente criadas à época da elaboração da lei orçamentária, que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

Art. 9.º Para fins desta lei e da execução orçamentária no exercício de 2006, entende-se por:

I – *programa* – o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – *atividade* – um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção de ação do governo;

III – *projeto* – um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

IV – *operação especial* – as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma fr bens e serviços;

V – *função* – o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

VI – *subfunção* – a partir da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público.

VII – *categoria de programação* – a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, categoria econômica e grupo de despesa;

VIII - *transposição* – o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

IX – *remanejamento* - a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

X – *transferência* – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

§ 1.º Cada programa identificará as ações necessárias ao alcance de seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2.º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vincula, na forma de anexo que integra a Portaria n.º 42/99, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 3.º As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária anula por programas, atividades, projetos e operações especiais.

Art. 10. Os orçamentos discriminados as receitas segundo as normas estabelecidas na Portaria STN n.º219/04 e suas alterações, e as despesas por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, projeto ou atividade e, quanto à sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação e elementos de despesa, além das fontes de recursos, nos termos da Portaria n.º 42/99, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Portaria Interministerial n.º 163/01.

§ 1.º As categorias econômicas estão assim detalhadas:

I – Despesas Correntes; e

II – Despesas de Capital.



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

§ 2.º Nos grupos de natureza da despesa será observado o seguinte detalhamento:

I – pessoal e encargos sociais;

II – juros e encargos da dívida;

III – outras despesas correntes;

IV – investimentos;

V – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas; e

VI – amortização da dívida.

§ 3.º Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I – Transferência a Instituições Privadas sem fins Lucrativos;

II – Transferência a Instituições Multigovernamentais; e

III – Aplicações diretas.

§ 4.º Os orçamentos indicarão as fontes de recursos que compõem a receita municipal, em conformidade com os regulamentos da secretaria do Tesouro Nacional – STN e do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, podendo o Município incluir na Lei Orçamentária Anual, outras fontes de recursos para atender as suas peculiaridades.

§ 5.º A reserva de contingência prevista no art. 33 desta lei será identificada pela classificação quanto à natureza da despesa com o código “9.9.99.99”.

§6.º Os orçamentos estarão em conformidade com a estrutura organizacional da Prefeitura.

Art. 11. O projeto de lei orçamentária anual, que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, será composto de:

I – texto da lei;

II – quadros orçamentários consolidados;



**PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO**

III – anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV – demais demonstrativos, relatórios e anexos estabelecidos pela legislação vigente, sobretudo a Lei Federal n.º 4.320/64 e a Lei Complementar Federal n.º 101/00, relativos aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único – A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I – exposição circunstanciada da situação econômico-financeira do Município;

II – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 12. No exercício de 2006, o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores excluídos e gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de oito por cento relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5.º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente arrecadada no exercício anterior.

§ 1.º O repasse de recursos para a câmara Municipal deverá ocorrer até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, conforme disposto no inciso II, § 2.º do artigo 29-A da Constituição Federal.

§ 2.º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecimento no § do artigo 29-A da Constituição Federal.

Art. 13 O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 31 de julho do corrente ano.



**PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO**

CAPÍTULO V

**DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS
ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

**SEÇÃO I
Diretrizes Gerais**

Art. 14. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2006 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transferência da gestão fiscal, observado o princípio da publicidade e permitido o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

Art. 15. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão, nos termos do art. 8.º da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

§ 1.º - A Câmara Municipal deverá enviar até dez dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2006, ao Poder Executivo, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.

§ 2.º O Poder Executivo deverá publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2006.

Art. 16. No prazo previsto no artigo anterior desta lei, o Poder Executivo deverá publicar as receitas previstas desdobrada em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13 da Lei Complementar, Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 17. Verificado, ao final de um bimestre, que, o Poder Legislativo e o Poder Executivo a execução das despesas foi superior à realização das receitas, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ Para o cumprimento do disposto no artigo 9.º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, visando atingir as metas fiscais previstas nos anexos desta



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes e Investimentos de cada Poder, que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

Art. 18. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos a lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propicia o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 19. As propostas parciais dos Poderes Legislativos e Executivos, serão elaboradas segundo os preços vigentes no mês de julho de 2005 e apresentadas ao órgão responsável pela elaboração do projeto de lei orçamentária, até o dia 31 de julho de 2005, para fins de consolidação.

Art. 20. Os projetos em fase de execução terão prioridades sobre novos projetos.

Parágrafo único. A programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de sua viabilidade técnica e financeira.

Art. 21. É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observar o cronograma de desembolso a respectiva operação.

Parágrafo único – Somente serão incluídas na proposta orçamentária anual, dotações relativas às operações de crédito contratadas ou autorizadas pelo Legislativo Municipal e pelo Senado Federal até 30 de maio de 2005.

Art. 22. A Procuradoria-Geral do Município encaminhará ao órgão responsável pela elaboração do projeto de lei orçamentária, até 31 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2006, devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 1.º, da Constituição Federal, especificando:

- I – número e data do ajuizamento da ação originária;
- II – número do precatório;
- III – tipo de causa julgada;
- IV – data da autuação do precatório;
- V – nome do beneficiário;



**PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO**

VI – valor do precatório a ser pago;

VII – data do trânsito em julgado; e

VIII – número da vara ou comarca de origem.

Art. 23. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes projeto de lei orçamentária anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2006 a 2009 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias que for aprovada e sancionada para o exercício de 2006.

Parágrafo único – As obras já incluídas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art. 24. Na programação da despesa não poderão ser:

I – fixadas despesas em que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras; e

II – incluídas despesas a título de investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos na forma do artigo 167, § 3.º, da Constituição Federal.

Art. 25. Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e/ou financeiramente.

Art. 26.º É autorizada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária Anual quanto em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais e auxílios, destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades de natureza continuada e atendam diretamente o público, de forma gratuita, nas áreas de educação saúde, cultura, esporte e assistência social, conforme disposto no § 3.º, do artigo 12, e nos artigos 16 e 17, da Lei Federal n.º 4.320/64.

§ 1.º As entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenção e/ou auxílio do Município, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.



**PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO**

§ 2.º - Os repasses de recursos serão efetivados me diante instrumento próprio conforme determina o art. 116 e parágrafos da Lei Federal n.º 8.666 de 2 de junho de 1993.

§ 3.º As entidades beneficiadas de contas dos recursos recebidos, nos termos da regulamentação vigente.

Art. 27. A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, deverá ser autorizada por lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

**SEÇÃO II
Diretrizes Específicas do Orçamento fiscal**

Art. 28. O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 29. É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Art. 30. Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão consideradas:

- I – os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
- II – o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e
- III – as alterações tributárias.

Art. 31. O Município aplicará, no mínimo, 25% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais de impostos, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal.

Art. 32. O Município aplicará, no mínimo, quinze por cento em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do artigo 7.º da Emenda Constitucional n.º 29/2000 e no



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

Art. 33. A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a um por cento da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

SEÇÃO III

Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 34. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto no artigo 194 a 204 da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I – das contribuições sociais previstas constitucionalmente;

II – do orçamento físico; e

III – das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, deste orçamento.

Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 35. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e legislação municipal em vigor.

Art. 36. Os contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput* deste artigo, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição



**PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO**

legal em contrario, ou quando se tratar de cargos ou categoria extinta, total ou parcialmente;

III – não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 37. As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2006, com base na folha de pagamento de junho de 2005, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais.

Art. 38. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1.º, inciso II, da Constituição Federal, atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas a concessão de qualquer vantagem, aumento de remuneração e alteração da estrutura de carreiras.

Art. 39. No exercício de 2006, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se: /

I – existirem cargos vagos a preencher;

II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III – for observado o limite legal de gastos com pessoal.

Parágrafo único – Respeitadas as regras estabelecidas no art. 37 e seus incisos, o disposto no art. 169, § 1.º, incisos I e II, da Constituição Federal, e observado os limites legais de gastos com pessoal, fica autorizada a criação de cargos, empregos e funções, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 40. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2006, poderá contemplar medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 41. Na estimativa das receitas do de lei orçamentária, poderá ser considerado, adicionalmente, o impacto das alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

Parágrafo único – Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida somente às operações contratadas até 30 de abril de 2005.

Art. 43. Administração da dívida pública municipal interna terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.

Art. 44. É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizações mediante crédito adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45. Os valores das metas físicas estabelecidas nos anexos desta Lei, devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2006 ao Legislativo Municipal.

Parágrafo único – Ficam automaticamente revistas as previsões dos resultados normal e primário estabelecidos nesta Lei, em conformidade com os valores previstos e fixados na Lei Orçamentária de 2006.

Art. 46. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, observará o disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, considerando-se despesa irrelevante, para fins de aplicação do referido dispositivo, as despesas cujo valor não ultrapasse a 10% (dez por cento) da despesa total fixada na lei orçamentária.

Art. 47. Nas apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas serão apresentadas na forma das disposições constitucionais e conforme estabelecido na Lei Orçamentária do Município, serão acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem, e, somente poderão ser aprovadas casos:



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

I – seja compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidem sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;
- c) dotação destinadas à manutenção e desenvolvimento de ensino e ações e serviços de saúde.

III – sejam relacionadas com:

- a) a correção de erros ou comissões;
- b) os dispositivos do texto do projeto lei;

§ 1.º As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I – no caso de indicarem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;

II – no caso de indicarem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não viabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§ 2.º A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 48. A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, por meio das emendas de que trata o artigo anterior, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.

Art. 49. Conforme estabelecido no § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, a Câmara de Vereadores só poderá reestimar a receita prevista na lei orçamentária, se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal em sua estimativa.



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

Art. 50. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convenio ou congêneres, com a União e/ou o Estado, com vista:

I – ao funcionamento dos serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – a utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado e/ou União;

IV – a cessão de servidores para o funcionamento de cartórios eleitorais;

V – ao desenvolvimento fr programa proprietários nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, habitação e outras de relevante interesse público, sem ônus para o município, ou com contrapartida.

Art. 51. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres; e

II – no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, considera-se compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observando o cronograma pactuado.

Art. 52. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2005, sua programação poderá ser executada, me diante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades, e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes da proposta orçamentária.

§ 1.º Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo, as despesas correntes nas áreas de assistência social, previdência social, saúde e educação, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§ 2.º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

Art. 53. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES (SE), em 04 de julho de 2005.

FERNANDO LIMA COSTA
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO DE METAS FISCAIS



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2006

LRF, art. 4.º, § 1

ESPECIFICAÇÃO	2006			2007			2008		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%PIB (a / PIB) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	%PIB (b / PIB) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	%PIB (c / PIB) X 100
Receita Total	11.700.000	11.037.736	0,098	12.636.000	11.193.197	0,101	13.646.880	12.182.213	0,106
Receitas Não-Financeiras (II)	11.680.000	11.018.868	0,097	12.614.400	11.174.063	0,101	13.623.552	12.161.388	0,106
Despesa Total	11.700.000	11.037.736	0,098	12.636.000	11.193.197	0,101	13.646.880	12.182.213	0,106
Despesas Não-Funcional (II)	11.450.000	10.801.887	0,095	12.366.000	10.954.026	0,099	13.355.280	11.921.909	0,104
Resultado Primário (I- II)	230.000	216.981	0,002	248.400	220.037	0,002	268.272	239.479	0,002
Resultado Normal	(10.000)	(9.434)	0,000	(10.000)	(8.858)	0,000	(10.000)	(8.927)	0,000
Dívida Pública Consolidada	2.400.000	2.264.151	0,020	2.592.000	2.296.040	0,021	2.799.360	2.498.915	0,022
Dívida Consolidada Líquida	2.200.000	2.075.472	0,018	2.190.000	1.939.942	0,018	2.480.000	1.946.029	0,017

VARIANTES	EXERCÍCIOS	
	2006	2007
Inflação média(%)/projetada com base em índices oficiais	6,0	6,5
Projeção do PIB do ESTADO (em R\$ milhares)	12.000.000	12.450.000
PIB Real (crescimento % anual)	3,5	3,5



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2006

LRF, art. 4.º, § 2.º, inciso I

R\$

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2004 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2004 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total						
Receita Não-Financeira (I)						
Despesa Total						
Despesa Não-Financeira (II)						
Resultado Primário (I-II)						
Resultado Normal						
Dívida Pública Consolidada						
Dívida Consolidada Líquida						

INFORMAÇÃO PREJUDICADA EM VIRTUDE DE NÃO TER SIDO ELABORADO O ANEXO DE METAS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Fonte:



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES
*****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2006

LRF, art. 4º, §2º, inciso II

ESPECIFICAÇÃO	VALORES PREÇOS CORRENTES										
	2003	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Receita Total											
Receita Não-Financeira (I)											
Despesa Total											
Despesa Não-Financeira (II)											
Resultado Primário (I-II)											
Resultado Normal											
Dívida Pública Consolidada											
Dívida Consolidada Líquida											
INFORMAÇÃO PREJUDICADA EM VIRTUDE DE NÃO TER SIDO ELABORADO O ANEXO DE METAS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES											

ESPECIFICAÇÃO	VALORES PREÇOS CORRENTES										
	2003	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Receita Total											
Receita Não-Financeira (I)											
Despesa Total											
Despesa Não-Financeira (II)											
Resultado Primário (I-II)											
Resultado Normal											
Dívida Pública Consolidada											
Dívida Consolidada Líquida											
INFORMAÇÃO PREJUDICADA EM VIRTUDE DE NÃO TER SIDO ELABORADO O ANEXO DE METAS FISCAIS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES											

Fonte:



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2006

LRF, ART, § 2.º, INCISO III

R\$

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2004	%	2003	%	2002	%
Patrimônio/Capital	(113.565)	100,00	(653.384)	100,00	(480.774)	100,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	(113.565)	100,00	(653.384)	100,00	(480.774)	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRINÔNIO LÍQUIDO	2004	%	2003	%	2002	%
Patrimônio/Capital						
Reservas	MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL					
Resultado Acumulado						
TOTAL						



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2006

RECEITAS REALIZADAS	2004 (a)	2003 (d)	2002
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Alienação de Bens Móveis	0	0	26.169
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
TOTAL	0	0	26.169
DESPESAS LIQUIDADAS	2004 (b)	2003 (e)	2002
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESA CAPITAL			
Investimentos	0	0	26.169
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0	0	0
	0	0	0
TOTAL	0	0	26.169
SALDO FINANCEIRO	(c) = (a-b)+(f)	(f) = (d-e)+(g)	(g)
	0	0	0

Fonte:



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2006

LRF, art. 4.º, § 2.º, inciso IV, a

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	<Ano-4>	<Ano-3>	<Ano-2>
RECEITAS CORRENTES Receitas de Contribuições Pessoal Civil Pessoal Militar Outras Contribuições Previdenciárias Compensação Previdenciária entre RGPS E RPPS Receita Patrimonial Outras Receitas Correntes RECEITAS DE CAPITAL Alienação de Bens Outras Receitas de Capital REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS Combinação Patronal dos Exercícios Pessoal Civil Pessoal Militar Combinação Patronal de Exercícios Anteriores Pessoal Civil Pessoal Militar REPASSE PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	<Ano-4>	<Ano-3>	<Ano-2>
ADMINISTRAÇÃO GERAL Despesas Correntes Despesas de Capital PREVIDENCIA SOCIAL Pessoal Civil Pessoal Militar Outras Despesas Correntes Compensação Previd. de aposent. RPPS E RGPS Compensação Previd. de Pensão entre RPPS E RGPS TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II) RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO RPPS	MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL		



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2006

LRF, ART. 4.º, §2.º, INCISO IV, alínea a

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECEBIDO P/COBERTURA DE DÉFICIT RPPS
		Valor (b)	Valor (c)	Valor (d)=(a+b-c)	
MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL					

Fonte:



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2006

LRF, art. 4.º, §2.º, inciso V

SETORES/PROGRAMAS /BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2006	2007	
	NÃO HÁ PREVISÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA NESTE PERÍODO			
TOTAL				

Fonte:



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2006

LRF, art. 4.º, §2.º, inciso V

EVENTO	Valor Previsto 2006
Aumento Permanente da Receita	A EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO ESTARÁ CONTICIONADA AO AUMENTO DA RECEITA
(-) Transferência constitucionais	
(-) transferência ao FUNDEF	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DOCC	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	

Fonte:



**PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO DE RISCOS FISCAIS



PREFEITURA MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DAS DORES – SERGIPE
GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS DORES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2006

LRF, art. 4.º, § 3.º

RISCOS FISCAIS	PROVIDÊNCIA
DESCRIÇÃO	Descrição
Frustração na arrecadação de receitas próprias e transferências constitucionais	Utilização da Reserva de Contingência, conforme estabelecido no art. 5.º, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Federal n.º 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
Ações judiciais contra o Município	
Despesas de Exercícios Anteriores conforme prevê o art. 37 da Lei Federal n.º 4320/64	
Elevação das despesas com amortização da dívida fundada.	